

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ROBERTO DOS SANTOS

SOCIEDADE SIMPLES PURA: ASPECTOS JURÍDICOS E CONTÁBEIS
– UMA ANÁLISE SOBRE O NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS
PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE JI-
PARANÁ - RO.

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo Científico

Cacoal – RO
2013

**SOCIEDADE SIMPLES PURA: ASPECTOS JURÍDICOS E CONTÁBEIS
– UMA ANÁLISE SOBRE O NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS
PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE JI-
PARANÁ - RO.**

ROBERTO DOS SANTOS

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação da prof. me. Odirlei Arcângelo Lovo.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

“Sociedade Simples Pura: Aspectos jurídicos e contábeis – uma análise sobre o nível de conhecimento dos profissionais de contabilidade no município de Ji-paraná - RO.”, elaborado pelo acadêmico Roberto dos Santos, foi avaliado e julgado aprovado pela banca examinadora formada por:

Prof. Ms. Odirlei Arcângelo Lovo.
Presidente

Prof. Ms. Liliane Maria Nery Andrade
Membro

Prof. Ms. Rogério Simão
Membro

Média

Cacoal – RO
2013

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que me concedeu vida e a oportunidade de realizar este sonho.

À minha família que sempre me apoiou nesse momento decisivo da minha vida. Não deixando de mencionar as grandes amizades conquistadas nesse período.

“Não é o mais forte que sobrevive,
nem o mais inteligente, mas o
melhor que se adapta às
mudanças” Charles Darwin.

SOCIEDADE SIMPLES PURA: ASPECTOS JURÍDICOS E CONTÁBEIS – UMA ANÁLISE SOBRE O NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO.

Roberto dos Santos¹
Odirlei Arcângelo Lovo²

RESUMO: Sociedades Simples Pura são sociedades formadas por atividades regulamentadas, com registro em conselho competente, também descritas pelo Código Civil Brasileiro como Sociedades não Empresárias, que são aquelas que não possuem atividade organizada. Esta pesquisa abordou os aspectos que envolvem a constituição e a regulamentação de uma empresa caracterizada na condição de Sociedade Simples Pura, com intuito de demonstrar, a partir do código civil, a forma jurídica de tal sociedade e quais sócios podem aderir a ela. Dentro do âmbito contábil, verificar os benefícios tributários em relação à outras formas societárias. Tem como objetivo avaliar o conhecimento dos contadores acerca das Sociedades Simples Pura no município de Ji-Paraná/RO. A pesquisa foi realizada através do método dedutivo através de pesquisa de campo em escritórios de contabilidades no município de Ji-Paraná-RO, foi elaborado questionário aos profissionais contábeis, bem como consulta bibliográficas e documentais. Os resultados comprovaram que a maioria dos profissionais contábeis sabem como proceder ao constituir uma Sociedade Simples Pura, mas ainda uma parcela destes não que não sabem como proceder ao se deparar com tal sociedade.

Palavras-chave: Sociedade Simples Pura. Código Civil. Contadores.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa de campo, objetivando demonstrar o conhecimento dos contadores em relação às Sociedades Simples Pura, com intuito de mensurar seu conhecimento acerca do processo de constituição, escrituração de livros, tributação e aspectos jurídicos.

Desde a publicação do Novo Código Civil, em 2002, Lei 10.406/2002, os profissionais de contabilidade têm encontrado problemas no que concerne à constituição de empresas, algumas das quais, devido à grande complexidade, não figuram no cenário societário. Segundo Mamede (2010), mais de noventa por cento das empresas constituídas no Brasil estão na condição de Sociedade por Quota Limitada.

Existem outros tipos societários previstos no Novo Código Civil, porém pouco explorados pelos contadores, como é o caso da sociedade simples pura, que se enquadra em

¹ Bacharel em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal.

² Mestre em Administração, Especialista em Docência do ensino superior e Bacharel em Contabilidade. Professor temporário da UNIR/Cacoal e Coordenador dos Cursos de Administração e Contabilidade da FAROL.

casos em que há pessoalidade na prestação de serviços, como é o caso de atividades intelectuais, científicas e artísticas.

A Sociedade Simples Pura implica em recolhimentos tributários mais econômicos do que uma sociedade empresária. A diferença está no Imposto sobre serviço, que é recolhido na condição de autônomo ao invés da alíquota aplicada às empresas.

É neste cerne que este trabalho se propôs adentrar, para poder entender o porquê de os contadores encontrarem caminhos, à vezes, tortuosos, de forma a desvirtuarem e incentivarem os prováveis sócios a constituírem uma empresa de cunho mais simplório, mas que, às vezes, não é viável em meios tributários.

O interesse de se realizar esta pesquisa nas Sociedades Simples Pura constituídas no município de Ji-Paraná, reside na condição de que tais sociedades exercem atividade uniprofissional, isto é, aquela que é prestada pelo próprio responsável (proprietário), o que caracteriza pessoalidade, que é fator principal de uma Sociedade Simples Pura.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COMÉRCIO E DIREITO SOCIETÁRIO

A atividade comercial, desde há muito, é praticada pelos homens. Asiáticos e africanos utilizavam o escambo para requerer bens junto à sociedade. Já na idade média, o comércio deixou de ser atividade restrita a poucos povos e se expandiu por todo o mundo civilizado.

Atualmente, o comércio se encontra em tantas modalidades que, para poder regulá-lo, foi instituído o direito comercial, que estabelece as premissas do exercício de empresa. No Brasil, o código comercial data de 1850 e foi alterado, em 2002, pelo Novo Código Civil que se encontra em vigor.

Para Vivante, apud Martins (2007), o direito comercial “é a parte do direito privado que tem principalmente por objeto regular as relações jurídicas que surgem do exercício do comércio”.

Já para Lyon-Caen et Renault apud Martins (2007), “o direito comercial propriamente dito tem por fim regular relações entre particulares a que dá lugar o exercício do comércio”.

2.2 EMPRESA E EMPRESÁRIO

No Novo Código Civil, estão estabelecidas as definições de empresa, empresário e o regulamento das funções. No artigo 966, encontra-se a definição de empresário: “considera-se

empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”.

Cabe ressaltar que empresa e empresário estão relacionados, mas não é a mesma coisa. Segundo Telmo de Moura Passareli (2010), “empresário é quem exerce a atividade e empresa é a atividade exercida pelo sujeito de certa maneira, chamada empresa”.

Desta forma, ao trazer expressamente a noção de empresa e ao conceituar o empresário, o Novo Código Civil não pretendeu simplesmente introduzir no sistema legal um conceito jurídico já tão debatido e tratado pela doutrina internacional e brasileira. O objetivo de criar regras específicas para o exercício da atividade econômica, abandonando a figura de comerciante, é colocar a empresa no centro da disciplina do chamado tradicionalmente direito comercial.

Existem, porém, dois significados da palavra empresa: um, que corresponde à atividade econômica, denominado no livro II do Novo Código Civil como atividades negociais; e o segundo, que se refere à pessoa jurídica que organiza essa atividade. Assim, no segundo significado é mais fácil compreender o Art. 982, que menciona: “Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro e, simples, as demais”.

2.3 SOCIEDADES SIMPLES

As sociedades podem ser empresárias e simples. Ambas exercem atividade econômica, mas as empresárias exercem atividade organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços.

Para Mamede (2010), as sociedades simples não possuem trabalho organizado, quase autônomo, sendo desempenhado por cada um dos sócios sem conexão maior com a atuação dos demais, sobre o assunto Martins (2007), preconiza que a sociedade simples é aquela constituída por duas ou mais pessoas, mediante escrito particular, ou público, de finalidade não empresarial, caracteristicamente de pessoas, podendo-se destinar à determinada atividade profissional, ou ser supletivamente adotada por outro modelo societário, que é o caso de atividades rurais, artesanal, e sociedades profissionais, como médicos, engenheiros, advogados e quaisquer outros que se associam para prestação de serviços dessa natureza.

No novo Código Civil, as diretrizes que tratam da sociedade simples estão elencadas entre artigos 997 a 1.038, de forma específica o Art. 1.000 do Novo Código Civil, as sociedades simples são personificadas juridicamente ao serem registradas no Registro Civil

das Pessoas Jurídicas, incorporando-se obrigatoriamente frente às filiais, sucursais ou agências, da respectiva sede.

As sociedades simples são aquelas formadas por sócio de capital, e em seu contrato social deve conter a menção das quotas de cada sócio no capital social, o modo de realizá-la, a participação de cada sócio e se sua responsabilidade é subsidiária ou não perante as obrigações sociais.

Martins (2007) menciona que a direção cabe ao sócio, pessoa natural, começando a obrigação de cada um a partir do contrato e de forma imediata, e o término se faz com liquidação da sociedade, caso se extingam as responsabilidades sociais, o Art. 1.003 do Novo Código Civil menciona que a responsabilidade do sócio perante a sociedade e terceiros permanece por dois anos após seu desligamento.

Em relação ao seu registro, o contrato de constituição deverá ser efetuado nos trinta dias subseqüentes à sua constituição no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede. Pode ainda a sociedade registrar-se na Junta Comercial. No entanto, caso isso ocorra, passa a ter o dever de cumprir todas as obrigações de uma sociedade empresária, mesmo tendo natureza jurídica diversa.

Para Martins (2007), o tipo societário envolve conhecimento, pessoalidade, confiança, descrição das funções e, acima de tudo, a percepção da responsabilidade diante do quadro ditado e a capacidade organizacional estabelecida. Todavia é necessário atentar-se a outros procedimentos, Gabriel (2010, p. 26) preconiza que:

A sociedade simples é uma sociedade cuja constituição se dá através de contrato escrito, particular ou público, que deverá necessariamente ter como conteúdo obrigatório, além de outros (Art. 997, Novo Código Civil): qualificação dos sócios, que poderão ser pessoas físicas ou jurídicas; nome constituído através de denominação; objeto social; sede; prazo de duração, que poderá ser determinado ou indeterminado; capital social, que poderá ser constituído através de bens suscetíveis de avaliação, dinheiro ou serviços; quota parte de cada sócio; administração da sociedade, que deve ser reservada necessariamente a pessoa natural, podendo ser sócio ou terceiro, bem como a especificação de seus poderes; participação dos sócios nos resultados, entendendo-se resultado como possibilidade de lucros ou perdas; e previsão de responsabilidade subsidiária ou não dos sócios em relação às obrigações sociais.

De acordo com o Art. 1.006 do Novo Código Civil, ao sócio poderá ser concedido o direito de constituir sua participação no capital social através de serviço. Salvo autorização contratual expressa, não poderá exercer outra atividade concomitante, sob pena de retenção de sua parte no lucro, bem como de exclusão do quadro social.

Quanto às deliberações, estas deverão ser realizadas mediante reuniões entre os sócios. Se esta for relativa à alteração de seu ato constitutivo, deverá haver unanimidade em sua

decisão, caso contrário, poderá ser por maioria absoluta de votos, isto é, representação mínima de mais da metade do capital social. As deliberações surtirão efeitos somente se houver o registro em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas na jurisdição da sociedade.

Diante das definições de empresa pelo Novo Código Civil, observa-se a necessidade da análise dos aspectos tributários que podem ser de âmbito federal, estadual e municipal.

2.4 TRIBUTOS

De acordo com o Art. 3º do Código Tributário Nacional, tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, Oliveira *et al* (2007) define as espécies de tributos evidenciando que:

Impostos - que decorrem de situação geradora independente de qualquer contraprestação do Estado em favor do contribuinte;
Taxa - que estão vinculadas à utilização efetiva ou potencial por parte do contribuinte, de serviços públicos específicos e divisíveis;
Contribuições de melhoria - que são cobradas quando do benefício trazido ao contribuinte por obras públicas.

No intuito de verificar os tributos e sua relação com as sociedades simples pura faz-se necessário avançar no estado atual da arte e verificar em essência os tributos diante das esferas administrativas.

2.4.1 TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

Existem tributos nos três níveis governamentais, a Constituição Federal em seu Art. 153, cita os tributos que competem a União:

Compete à União instituir impostos sobre:

- Importação de produtos estrangeiros;
- Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- Rendas e proventos de qualquer natureza;
- Produtos industrializados;
- Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores imobiliários;
- Propriedade territorial rural;
- Grandes fortunas.

A Constituição Federal ainda preconiza em seu Art. 155 sobre os tributos estaduais, evidenciando a área tributaria a qual os estados e o Distrito Federal possuem soberania para institui impostos sobre:

- Transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens e direitos;
- Operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

- Propriedades de veículos automotores.

Acerca dos tributos municipais, em seu Art. 156, a Constituição Federal menciona que Compete aos Municípios instituir imposto sobre:

- Propriedade predial e territorial urbana;
- Transmissão inter vivos, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis, ressalvadas as exceções legais;
- Serviço de qualquer natureza.

O estado atual da arte sobre as competências dos níveis governamentais diante de sua autonomia para instituir impostos é fundamentada na Constituição Federal. No intuito de evoluir sobre os aspectos Sociedade Simples Pura e sua relação com a tributação faz-se necessário verificar em âmbito municipal quais as prerrogativas sobre os tributos municipais.

2.5 IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA

O Imposto sobre serviços de qualquer natureza foi criado pela Lei Complementar 56/87 e atualmente é regido pela Lei Complementar 116 de 2003, a qual lista quais serviços o tributo incide. Tem como fato gerador os serviços prestados por pessoas jurídicas e profissionais autônomos, desde que este fato gerador não seja de competência tributária do Estado ou da União.

2.5.1 ISSQN NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ

No âmbito municipal é regulamentado pela Lei 1.139 de 2001. Tendo em vista que o assunto pesquisado tem como principal foco o ISSQN, em que visa um melhor benefício à sociedade, já que o sócio recolherá o ISSQN na condição de profissional autônomo, cujo recolhimento se dá anualmente em quota única, o que difere das demais pessoas jurídicas, que são tributadas pela receita mensal das prestações de serviços.

Nisto posto, a legislação municipal determina alguns procedimentos a serem seguidos acerca do que se considera para tais sociedades, que tem o sócio na condição de autônomo.

Conforme o Art. 41 do Regulamento Municipal de Ji-Paraná, Lei 1.139 de 2001 considera-se autônomo:

Art. 41. Quando se tratar de prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte como profissional autônomo, titulado ou não por estabelecimento de ensino, o imposto terá valor fixo, tantas vezes quantas forem às atividades profissionais autônomas por ele exercidas.

Parágrafo Único. No caso de pessoa física que, por admitir para o exercício de sua atividade profissional mais de três empregados ou um ou mais profissionais da mesma habilitação do empregador, seja equiparada a empresa, nos termos da alínea “b” do item 2 do §1º do Art. 43 desta lei.

Percebe-se, pois que não deverá a empresa ter em seu quadro de funcionário mais de três pessoas exercendo tais funções e outro profissional na mesma habilitação que a sua. Caso não cumprido tais requisitos, passará a recolher o ISSQN no percentual de 5% (cinco por cento), que é a alíquota aplicada às demais empresas de que trata a alínea “b” do item 2 do §1º do Art.43.

Caso cumpra o que dispõe a legislação, recolherá o ISSQN nos valores que determinam o Art. 38 da Lei 1.139/2001.

Art. 38. O imposto será calculado da seguinte forma:

I – Serviços Prestados:

- a) Por profissionais autônomos Nível Superior, valor fixo anual de R\$ 600,00 (seiscentos reais);
- b) Por profissionais autônomos Nível Médio, valor fixo anual R\$ 400,00 (quatrocentos reais);
- c) Por profissionais autônomos Nível Básico, valor fixo anual R\$ 200,00 (duzentos reais);

Os valores de recolhimento do ISS fixo aplicado aos profissionais autônomos mencionados no Art. 38 da Lei Municipal 1.139/2001, será recolhido anualmente independente da quantidade de prestações de serviços que exercer o profissional e, se este possui ou não estabelecimento fixo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi elaborada a partir de dados coletados com base em questionários com questões abertas e fechadas, aplicados aos empresários contábeis dos escritórios de contabilidade localizados no município de Ji-Paraná/RO. O método utilizado para o desenvolvimento deste artigo foi o método dedutivo, com observação in loco, consulta a especialista, bem como bibliográficas e documentais.

Trata-se de pesquisa qualitativa, uma vez que visa mensurar a percepção dos contadores acerca do assunto.

Foram aplicados questionários a 20 (vinte) escritórios de contabilidade, uma amostra referente a uma população de 65 (sessenta e cinco) escritórios que constam na cidade, segundo relatório do conselho regional de contabilidade. A quantidade escolhida representa 35% dos escritórios contábeis da cidade e denota ser uma amostra suficiente para a realização

da pesquisa. Outro fator pela escolha da quantidade dos escritórios se deve ao período da pesquisa, a saber, mês de abril, período em que os profissionais encontram-se atarefados com a realização da declaração de imposto de renda de pessoa física, de forma que não podem colaborar com a pesquisa. Foram realizadas 20 (vinte) questões, destas 16 (dezesesseis) fechadas e 4 (quatro) abertas.

Dos 20 (vinte) questionários propostos, 14 (quatorze) foram respondidos e 6 (seis) não contribuíram com o conhecimento. O fato pelo qual 6 (seis) profissionais não responderam ao questionário se deve ao motivo de que estes alegaram não possuir conhecimento suficiente para agregar à pesquisa. Dos 14 (quatorze) questionários respondidos, 8 (oito) responderam completamente e 6 (seis) responderam parcialmente.

Foi proposto aos profissionais a facultatividade de nomear o questionário referente à entidade contábil a que pertencem, destes 14 (quatorze), apenas 5 (cinco) identificaram o escritório de contabilidade que se responsabilizam.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Na pesquisa verificou-se que os entrevistados possuem faixa etária dos 20 anos aos 50 anos sendo a maioria é do sexo masculino. Dos 14 respondentes, 13 possuem nível superior e 1 nível técnico contábil. Dos escritórios pesquisados 6 (seis) escritórios possuem clientes na modalidade Societária Simples Pura, o que representa 43% dos entrevistados.

Em relação à constituição da Sociedade Simples Pura, a pesquisa permitiu o entendimento que dos 14 (quatorze) respondentes, 12 (doze) responderam que é Não Empresária e 2 (dois) assinalaram a opção Empresária, o estado atual da arte evidencia que em relação à forma societária das Sociedades Simples Pura, o Novo Código Civil menciona em seu Art. 966 que não é considerado empresário aquele que exerce atividade intelectual, científica, literária ou artística. O Art. 982 ainda dispõe que quem exerce atividade de empresário é quem se considera empresa, com caracterização organizacional/administrativo, e simples as demais. Neste caso, as Sociedades Simples Pura se caracterizam por ser não ter personificação, não ter caracterização empresária. O que indica que as respostas dos contadores em sua maioria coerentes com o embasamento legal, todavia 14% apresentaram de forma divergente ao que menciona a lei, evidenciando o desconhecimento destes em relação ao assunto.

Na busca pelo entendimento do conhecimento de onde é registrado o ato constitutivo da Sociedade Simples Pura. Observou-se que 93% dos respondentes assinalou a opção

Cartório de Registro Civil, e apenas 1 não soube responder. O Art. 998 do Novo Código Civil dispõe que este deverá ser realizado após 30 (trinta) dias de sua constituição no Registro Civil das pessoas jurídicas. A maioria dos profissionais respondeu de forma correta tal questionamento.

Ainda em relação à denominação da Sociedade Simples Pura, buscou-se saber quanto à denominação há necessidade de que esta venha acrescida de qualquer expressão designativa da natureza ou do tipo societário. Os dados obtidos foram que 1 (um) respondente assinalou a opção sim, 12 (doze) responderam não e 1 (um) não respondeu, a denominação da Sociedade Simples Pura, sobre sua necessidade de figurar elemento indicativo do objeto social e expressão designativa da natureza ou do tipo societário, foi constatado que mais de 72% respondeu não haver tal obrigatoriedade para o objeto social e 86% respondeu não para expressão designativa da natureza ou do tipo societário. O par. 2º do Art. 1.158 do Novo Código Civil menciona que não é requerido tal obrigatoriedade para as Sociedades Simples, tanto para elemento indicativo do objeto social quanto para expressão designativa da natureza ou do tipo societário.

Foi proposto aos profissionais o questionamento acerca do quesito educacional para se tornar sócio de Sociedade Simples Pura existe algum requisito educacional/gradual para que uma pessoa natural constitua uma Sociedade Simples Pura. Questão aberta para demonstrar o conhecimento dos profissionais acerca do tipo de proprietário que deve ter a Sociedade Simples Pura. De tal forma que 4 (quatro) mencionaram que somente profissionais de profissões regulamentadas podem ser sócios, 4 (quatro) responderam simplesmente não, 2 (dois) responderam sim, 2 (dois) responderam que só cabe tal sociedade a pessoas capazes de responder civil e judicialmente e 2 (dois) profissionais não responderam.

A respeito de requisito gradual para se tornar sócio de uma Sociedade Simples Pura, alguns contadores mencionaram que somente se aplica a profissões regulamentadas. Isto vai de encontro ao que menciona o Decreto Lei 406/68, que menciona que as sociedades uniprofissionais, que é sinônimo das Sociedades Simples Pura, devem ser constituídas por profissionais regulamentados, como contadores, advogados, dentistas etc.

Acerca da alteração no Capital Social, foi questionado se a respeito do Capital Social, possui conhecimento sobre sua subscrição, integralização, aumento ou redução. Desta forma, 9 (nove) responderam ter conhecimento a respeito e, segundo estes, para promover alteração em relação ao capital social não nenhuma exigência contratual, 3 (três) responderam que não tem conhecimento do assunto e 2 (dois) não responderam.

Sobre o procedimento para subscrição, integralização, aumento ou redução do capital social das Sociedades Simples Pura, os contadores, em sua maioria, responderam não haver necessidade burocrática para alterações. Os artigos 1.082 e 1.084 do Novo Código Civil mencionam que não há exigência imposta para tais alterações no capital social.

Foi proposto aos contadores responder se há necessidade de realização de reuniões/assembleias para a tomada de decisões. O resultado obtido foi que 12 (doze) dos respondentes disseram que não há necessidade de reuniões/assembleias para a tomada de decisões, enquanto 1 (um) respondeu que sim e 1 (um) não soube responder.

Tendo em vista a Sociedade Simples Pura não ter por obrigatoriedade o registro de atas de reuniões ou assembleias conf. dispõe os artigos 1.062, 1.067 e 1.075 do Novo Código Civil, está esta dispensada de realizar reuniões ou assembleias para tomadas de decisões. 86% dos profissionais questionados concordam com esta afirmativa.

Sobre a dissolução de sociedade foi questionado se existe quorum necessário para a decisão de dissolução de uma Sociedade Simples Pura. Nisto, 8 (oito) responderam que sim e destes 2 (dois) disseram que o quorum necessário é de maioria absoluta, 3 (três) disseram que precisa de composição de 50% + 1 de sócios para dissolução e 3 (três) disseram que precisa haver 75% de quorum para tal decisão. 4 (quatro) responderam que não há tal necessidade e 2 não responderam.

Apesar de 58% dos contadores ter respondido que para dissolver uma Sociedade Simples Pura há a necessidade de quorum, apenas 25% respondeu de acordo com o Art. 1.033 do Novo Código Civil, em que mencionaram a quantia exata da formação do quorum, que é de maioria absoluta. Os demais responderam percentuais que não se enquadram para tal sociedade.

No intuito de compreender sobre os sócios foi questionado se na Modalidade Sociedade Simples Pura, pode haver sócio de serviço. De tal forma que 12 (doze) responderam que existe tal possibilidade, 1 (um) respondeu que não pode haver tal sociedade e 1 (um) não respondeu.

Em relação ao sócio de serviços, se este pode haver nas Sociedades Simples Pura, 86% respondeu que existe tal possibilidade. Tal posicionamento vai de encontro ao que menciona o inciso V do Art. 997 do Novo Código Civil, em que menciona que é possível que haja tal sócio neste modelo societário.

Na busca do entendimento sobre cônjuges na formação de tal sociedade foi questionado se o quadro societário da Sociedade Simples Pura pode ser formado por cônjuges. Em qual regime de união há tal possibilidade. Dos respondentes, 6 (seis)

responderam que a Sociedade Simples Pura pode ser formada por cônjuges no Regime de comunhão universal de bens e regime de separação obrigatória. 4 (quatro) responderam que tal possibilidade existe apenas para o Regime de separação obrigatória. 1(um) respondeu que o Regime aceito para tal sociedade é o de Comunhão universal de bens. 3 (três) não responderam.

Quando perguntado sobre a formação de Sociedade Simples Pura por cônjuges e em qual regime poderia haver tal sociedade, 8% responderam que seria possível através do regime de comunhão universal de bens; 29% responderam haver possibilidade pelo Regime de separação obrigatória e 43% responderam de acordo com o Art. 977 do Novo Código Civil que tanto pode ser formado tal sociedade se os conjugues estiveram casados pelo Regime de comunhão universal de bens, bem como pelo Regime de separação obrigatória.

Quando questionado aos contadores qual a responsabilidade dos sócios mediante a Sociedade Simples Pura. Percebeu-se que 7 (sete) responderam que a responsabilidade dos sócios é Ilimitada, 3(três) responderam que a responsabilidade do sócio se limita ao capital, 3 (três) responderam que as duas formas de limites são aceitas, tanto Ltda. quanto Ilimitada, 1 (um) não respondeu.

Acerca da responsabilidade dos sócios, se esta deve ser Ltda. ou Ilimitada, 50% dos profissionais respondeu que deve ser Ilimitada ao capital social. 22% responderam que esta deve ser Ltda e 22% respondeu corretamente, que esta deve ser tanto na forma Ltda quanto na forma Ilimitada, conforme dispõe o inciso VIII do Art. 997 do Novo Código Civil.

Buscou-se saber dos profissionais contábeis se há obrigatoriedade de escrituração contábil. Em que se obtiveram os seguintes dados: 9 (nove) responderam que não há necessidade de escrituração fiscal, 4 (quatro) responderam que é exigível a escrituração dos livros e que tais livros são: Caixa, Diário, Razão e Livro de Apuração do ISS. 1 (um) não respondeu.

Em relação à escrituração contábil, foi questionado aos profissionais contábeis de tal obrigatoriedade e, se obrigado, quais livros devem ser escriturados. 29% mencionaram que há obrigatoriedade de escrituração e que tais livros devem ser o Diário, Razão, Caixa e Ap. do ISS. 65% responderam não haver tal obrigatoriedade, coadunando com o Art. 1.179 a 1.195 do Novo Código Civil que dispõe que não é obrigado a Sociedades Simples terem uma contabilidade sistematizada e sim simplificada.

Acerca da questão de falência às Sociedades Simples Pura, questionou-se em relação à legislação falimentar, como esta é aplicada à Sociedade Simples Pura. De tal forma que 50% dos respondentes alegaram que tal sociedade não está sujeita à falência. 7% mencionaram que

a legislação falimentar se aplica a tal sociedade e que cada sócio deve responder solidariamente conforme sua participação no capital social. 43% não responderam à questão.

Sobre a legislação falimentar, foi perguntado aos contadores como se aplica às Sociedades Simples Pura. 50% mencionaram que tais sociedades não estão sujeitas à falência, 7% disse que se aplica a tais sociedades a lei de falências e 43% dos respondentes achou complexo o assunto e não respondeu.

Foi questionado aos contadores se pode haver contratação de funcionários na Sociedade Simples Pura. Sendo que 64% disse que pode haver contratação de funcionários em tal sociedade e desse total 9% mencionou que a quantidade de funcionários a ser contratados por tal sociedade não pode ultrapassar a quantidade de 1 funcionário para cada sócio os 91% mencionaram não haver quantidade específica para contratação de funcionários. 14% responderam que não pode haver contratação de funcionários em sociedades simples pura. 22% não responderam à questão.

A respeito da contratação de funcionários, foi questionado se pode haver em Sociedades Simples Pura. 64% responderam que pode haver contratação de funcionários e desses que responderam favoráveis, 9% disseram que deve haver somente a contratação de 1 (um) funcionário e 91% mencionaram que não há limite para se contratar funcionários em Sociedades Simples Pura. O código Tributário do município de Ji-paraná, Lei 1.139/2001, em seu Art.43 menciona que o profissional autônomo pode contar com o auxílio de até 3 (três) empregados, desde que não seja da mesma habilitação profissional do empregador.

A respeito dos tributos para fins de recolhimento em Sociedade Simples Pura, buscou-se saber se os contadores possuem conhecimento de quais tributos incidem nas Sociedades Simples Pura. Destes, obtivemos o seguinte resultado: 13 (treze) disseram ter conhecimento dos tributos que incidem nas sociedades simples pura, desses 11(onze) mencionaram incidir PIS, IR, CSLL e COFINS, 4 (quatro) disseram que incide ICMS e 8 (oito) mencionaram a incidência de ISS. 1 (um) não respondeu à pesquisa.

Acerca dos tributos que incidem nas Sociedades Simples Pura foi questionado aos profissionais quais seriam os tributos. 11 (onze) dos quatorze respondentes mencionaram incidir PIS, COFINS, IR e CSLL, 4 (quatro) citaram a incidência do ICMS e 8 (oito) a incidência do ISS. Os tributos nas Sociedades Simples Pura serão de acordo com seu regime junto ao fisco, se na condição de Lucro Presumido ou Real incidirão PIS, COFINS, IR e CSLL e no município ISS.

Para entender sobre a elisão fiscal foi questionado quais são os principais benefícios fiscais que uma Sociedade Simples Pura possui. Em que 6 (seis) responderam que os benefícios fiscais se aplicam aos tributos COFINS e ISS. 8 (oito) não responderam.

Para complementar a questão anterior, foi questionado se no âmbito municipal, como deve ser o recolhimento do ISS para as Sociedades Simples Pura. Sendo assim, 36% responderam que o recolhimento do ISS deve ser fixo. 21% responderam que é variável em relação à receita. 43% não responderam à questão.

Também foram elaboradas questões abertas aos profissionais para que esses respondessem de forma espontânea acerca do assunto. Dentre as questões abertas foi proposto a estes explicar sobre os principais benefícios fiscais aplicados a uma sociedade Simples Pura. Sobre esse assunto, 6 (seis) responderam que os benefícios são referentes ao ISS (Imposto sobre serviço) e a COFINS (Contribuição para o Financiamento Social). 8 (oito) não responderam.

Complementando o questionamento anterior sobre os benefícios fiscais foi questionado acerca do recolhimento do ISS, se este deve ser fixo ou variável às receitas. 43% não responderam à questão, 21% mencionaram que deve ser variável às receitas, nisto consta dizer o valor do tributo varia mês a mês em relação à receita auferida. 36% responderam de acordo com o Código Municipal de Ji-Paraná, Lei 1.139/2001, que em seu Art. 38 dispõe que deve haver o recolhimento fixo para os profissionais liberais/autônomos.

Sobre pontos negativos em relação à Sociedade Simples Pura, foram questionados quais as principais deficiências que uma Sociedade Simples Pura possui e o que é possível ser realizado em uma empresa em outra modalidade que na Sociedade Simples Pura não é possível. Diante disso, verifica-se que dos 14 (quatorze) respondentes, 50% mencionou não haver deficiência em uma Sociedade Simples Pura, e o que a diferencia das demais sociedades é a possibilidade de formar sócios de serviços, não precisar haver registro de livros fiscais e obter falência e concordata. 50% não responderam.

Questionado aos contadores sobre deficiências na Sociedade Simples Pura, 50% respondeu não haver deficiência e o que a diferencia das demais sociedades é a possibilidade de se formar sócios de serviços, não haver obrigatoriedade de registro de livros e não haver necessidade de se obter falência. 50% não responderam ao questionamento.

No momento da constituição de empresas junto a um cliente, foi perguntado aos profissionais por que aconselharia um cliente a constituir uma empresa na modalidade Sociedade Simples Pura. Diante disso, obtivemos os seguintes dados: 8 (oito) profissionais responderam que o motivo que os faria aconselhar um cliente a constituir tal sociedade seria

no fato de economizar dinheiro e tempo; ser constituída por 2 (dois) profissionais liberais, em que os mesmos executam os serviços; haver dissolução com votos de 50% + 1 de capital, enquanto que na Ltda. precisa de no mínimo 75%; redução na carga tributária da pessoa física; redução da alíquota do ISS e simplificação na distribuição de lucro. 3 (três) profissionais não aconselharam seus clientes a constituírem tal sociedade e 3 (três) não responderam.

Para finalizar buscou-se saber dos contadores por qual motivo o fariam aconselhar um cliente a constituir uma empresa na modalidade societária Simples Pura. 8 (oito) dos respondentes mencionaram que o fator principal seria a economia de tempo e dinheiro, além de redução do ISS e processo simples na dissolução da sociedade e distribuição de lucros. 3 (três) não aconselharam seus clientes a constituírem tal modalidade de sociedade e 3 (três) não responderam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E perceptível, pois que a tão sonhada reforma tributária no Brasil não depende tão somente dos legisladores para que seja concretizada, mas também de profissionais enlaçados ao assunto, como os contadores. Já existe de fato no Brasil em leis esparsas, que precisam de melhores interpretações, uma tímida reforma, que chamamos de Elisão, termo utilizado para mencionar que há possibilidade de se reduzir carga tributária e trabalhista através da correta pesquisa legal.

Tal possibilidade já existe no caso da Sociedade Simples Pura, através do Novo Código Civil, e de leis municipais, mas que é desconhecido pelos profissionais contábeis. Tal desconhecimento pode ser provado na pesquisa realizada, em que muitos não se propuseram a responder por não ter conhecimento do assunto e os que responderam mencionaram que foi preciso prazo para pesquisar a respeito do assunto.

O motivo dos contadores alegarem precisar de prazo para responder tais questionários deve-se pelo desconhecimento do assunto de maioria da classe contábil. A Sociedade Simples Pura, presente no Novo Código Civil desde 2002 ainda é assunto inócuo a estes profissionais. E quando se deparam com tal assunto, é necessário realizar pesquisas para saber sobre seus procedimentos.

Esse foi o grande interesse desta pesquisa, demonstrar avaliar o conhecimento dos profissionais acerca do assunto. Se estes conheçam tal forma societária, como proceder em relação ao capital social, dissolução, escrituração e tributação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Novo Código Civil. Presidência da República. Brasília, 2002.
- MAMEDE, Gladston. **Manual de direito empresarial**. São Paulo: Atlas, 2010.
- PASSARELI, Telmo de Moura. **Introdução ao direito empresarial e societário**. 1º Ed. Cacoal, 2010.
- TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial**. São Paulo: Atlas, 2011.
- MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial**. Rio de Janeiro: Atlas, 2007.
- TRUJILLO FERRARI, Alfonso. **Metodologia da ciência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.
- GABRIEL, Sérgio. **Direito Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2010.
- CTNSRF, Secretaria da Receita Federal. **Código Tributário Nacional (2007)**. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/CodTributNaci/ctn.htm> (Acesso em 10/09/2012).
- SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.
- OLIVEIRA, L. M. [et al]. **Manual de contabilidade tributária**. 6º Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
- BRASIL. **Lei complementar 116, de 31 de julho de 2003**. Presidência da República. Brasília, 2003.
- BRASIL. **Lei complementar 58, de 15 de dezembro de 1987**. Presidência da República. Brasília, 1987.
- Ji-Paraná. **Lei complementar 1.139, de 21 de dezembro de 2001**. Prefeitura Municipal. Ji-Paraná, 2001.

APÊNDICE

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA
CAMPUS DE CACOAL – UNIR – RO
Curso: Ciências Contábeis

Questionário para pesquisa de campo
(Contadores)

Prezado (a) profissional contábil, sou acadêmico do 8º período de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia e estou fazendo uma pesquisa. Preciso de sua atenção para preencher este formulário. Com este questionário pretendo verificar o conhecimento dos profissionais de contabilidade em relação às Sociedades Simples Pura, concernente à sua constituição, quadro societário, tributação e escrituração contábil. A pesquisa será aplicada em alguns escritórios contábeis de Ji-Paraná-RO.

Escritório:

- 1) Possui em seu escritório, algum cliente constituído na condição societária de Sociedade Simples Pura?
☐ Sim
☐ Não
- 2) Em relação à constituição da Sociedade Simples Pura, tem conhecimento de como é sua forma societária?
☐ Empresária
☐ Não empresária
- 3) Onde é registrado o ato constitutivo da Sociedade Simples Pura?
☐ Cartório de Registro Civil
☐ Junta Comercial
- 4) Quanto à denominação há necessidade de conter elemento indicativo do objeto social?
☐ Sim
☐ Não
- 5) Quanto à denominação há necessidade de que esta venha acrescida de qualquer expressão designativa da natureza ou do tipo societário?
☐ Sim
☐ Não
- 6) Existe algum requisito educacional/gradual para que uma pessoa natural constitua uma Sociedade Simples Pura?
- 7) A respeito do capital social, possui conhecimento sobre sua subscrição, integralização, aumento ou redução?
☐ Sim – como deve ser o procedimento? _____

- () Não
- 8) Há necessidade de realização de reuniões/assembleias para a tomada de decisões?
() Sim – como deve ser o procedimento? _____
() Não
- 9) Existe quorum necessário para a decisão de dissolução de uma Sociedade Simples Pura?
() Sim. Qual percentual? _____
() Não
- 10) Na Modalidade Sociedade Simples Pura, pode haver sócio de serviço?
() Sim
() Não
- 11) O quadro societário da Sociedade Simples Pura pode ser formado por cônjuges. Em qual regime de união há tal possibilidade?
() Regime de comunhão universal de bens
() Regime de separação obrigatória
() Regime de comunhão universal de bens e Regime de separação obrigatória.
- 12) Qual a responsabilidade dos sócios mediante a Sociedade Simples Pura?
() LTDA
() ILIMITADA
- 13) Há obrigatoriedade de escrituração contábil?
() Sim. Quais livros? _____
() não
- 14) Em relação à legislação falimentar, como esta é aplicada à Sociedade Simples Pura?
- 15) Pode haver contratação de funcionários na Sociedade Simples Pura?
() Sim. Se sim, existe uma quantidade específica? _____
() Não
- 16) Possui conhecimento de quais tributos incidem nas Sociedades Simples Pura?
() PIS () IR () ICMS
() COFINS () CSLL () ISS
- 17) Quais são os principais benefícios fiscais que uma Sociedade Simples Pura possui?
- 18) No âmbito municipal, como deve ser o recolhimento do ISS para as Sociedades Simples Pura?
() Fixo
() Variável em relação às receitas
- 19) Quais as principais deficiências que uma Sociedade Simples Pura possui? O que é possível ser realizado em uma empresa em outra modalidade que na Sociedade Simples Pura não é possível?

20) Por que aconselharia uma cliente a constituir uma empresa na modalidade Sociedade Simples Pura?